

Acta N.º 25

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 22 de Abril de 2009

Aos 22 dias do mês de Abril de 2009 reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença de todos os seus membros. A saber: Vera Lúcia Pedro Santos Noronha, Joaquim Augusto Palhoto Azevedo, Maria de Fátima Rodrigues, José Miguel Neves Teixeira Carvalho, Carla Margarida Raposo, Vitória Maria Lopes de Brito, Paulo Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel de Jesus Brito, Inês da Nóbrega D'Aguiar, Fernando Manuel Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro e Carlos Alberto das Neves Cotrim, Francisco Sá Pereira, Marco António Silva e José João Marques Pais. Estiveram ainda presentes os Vereadores Mário Pereira e Luís Garrotes, José Carlos Ferreirinha e a Senhora Presidente da Câmara, Vanda Nunes.

A Presidente da Assembleia deu início à sessão colocando para discussão e votação a Acta N.º 24 desta mesma Assembleia.

O membro Francisco Sá Pereira propôs uma alteração do texto na pág. 3, último parágrafo, que deveria ficar como se transcreve: "não (só) pela sua localização mais central, como (também) pelo horário adaptado às necessidades das pessoas", sendo que os vocábulos entre parêntesis não constam no texto original. Já na pág. 7, penúltimo parágrafo, o membro propôs uma correcção na seguinte frase: "Tomou a palavra o membro Paulo Espírito Santo que afirmou ser sua intenção votar contra essa proposta, pelo facto de a (mesma) proposta (...)", acrescentando a palavra "mesma". O membro acusou também a ausência do documento que deveria estar apenso à acta, como vem referido na pág. 34, terceiro parágrafo.

A membro Inês Aguiar apontou em seguida o erro na transcrição do nome do membro José Miguel Carvalho, constante na pág. 6, penúltimo parágrafo, que surge notado como Mário Carvalho. Depois, no primeiro parágrafo da pág. 34, surge a sigla AIRS, quando devia estar ARS.

A membro Vitória de Brito sugeriu que se identificasse a porta-voz da Comissão de Utentes do Centro de Saúde, a munícipe Paula Matias, assunto que é tratado na pág. 33. Acusou ainda a ausência do nome do Vereador Ferreirinha na lista de presentes.

Sem mais correcções, a Acta foi posta a votação, tendo sido **aprovada por maioria** com uma abstenção.

O membro Francisco Sá Pereira fez declaração de voto, onde justificou a sua abstenção no facto de não ter estado presente na sessão anterior.

Período Antes da Ordem do Dia

A Presidente da Assembleia leu um Voto de Pesar pela morte de António da Conceição Jorge (apenso à Acta).

Em seguida a Presidente da Câmara leu um Voto de Pesar pela morte da funcionária Ana Veríssimo (apenso à Acta).

O membro Paulo Espírito Santo congratulou o Executivo Camarário pela organização do evento comemorativo do Dia da Mulher que decorreu, segundo o membro, com grande brilhantismo. O membro deu ainda grande ênfase ao trabalho realizado pelo Pelouro do Desporto, nomeadamente na colaboração com a organização do Triatlo do Ribatejo, na dinamização da Pista Coberta, tendo captado elevado número de crianças para a prática desportiva nesse espaço, pela negociação e dinamização do Complexo Desportivo, tendo posto em funcionamento uma Escola de Ténis que regista grande afluência e pela organização de uma prova de ciclismo, como é tradição em Alpiarça. Por tudo isto o membro Espírito Santo sente orgulho na Câmara que Alpiarça tem e na dinamização desportiva que agora esta está a ter.

Tomou a palavra o membro Celestino Brasileiro, referindo-se ao projecto do novo Centro Escolar, bem como das obras a realizar na EB1/JI que não foram ainda feitas, sendo apresentada como justificação para esse atraso a proximidade da data de execução do referido projecto. Agora que se encontram espalhadas pela vila placas que anunciam a construção do Centro Escolar e que se percebe que o mesmo não implicará a cessação de funcionamento da EB1, o

membro constata que a justificação inicial para a não realização de obras na EB1 era afinal falaciosa, já que a mesma continuará a funcionar e a necessitar de remodelações. O membro pretende também conhecer a razão da localização do Centro Escolar na EB2,3/S, assim como qual teria sido o envolvimento do Agrupamento de Escolas no processo, uma vez que, segundo o membro, o Centro Escolar será construído em terreno que, em princípio, pertencerá ao Ministério da Educação ou ao Agrupamento. O membro pretende ainda saber a dimensão do edifício e o número de salas que vão ser construídas. Finalizou dizendo-se esperançado em que o Centro Escolar não siga o exemplo da construção a realizar na bagageira, que após a colocação das placas nunca mais avançou.

A membro Vitória de Brito interveio em seguida, reevocando o problema da segurança no Concelho. Referiu-se à reunião que a CDU realizou no dia 17 de Abril com o Comando da GNR de Alpiarça, com a presença do deputado da Assembleia da República eleito pela CDU, António Filipe, e onde se constatou a necessidade de conservação do quartel, que se encontra em condições menos próprias para a execução das funções que lá se desempenham. A CDU entende também que os meios materiais e humanos ao dispor do corpo da GNR não são suficientes. O quartel carece, por exemplo, de computadores e impressoras, instrumentos indispensáveis nos dias que correm, e mais efectivos. A CDU entende que devia chamar a atenção para o problema, até porque esta é uma situação que já se arrasta há cerca de 2 anos e meio, cuja solução teria sido encontrada pelo ex-Presidente numa reunião que teria tido com o Ministro da Administração Interna que se teria comprometido com a resolução dos problemas.

Depois tomou a palavra o membro João de Brito para manifestar o seu desagrado pelo que considera uma tremenda falta de respeito por parte da bancada socialista, bem como da mesa da Assembleia que, tendo convocado a sessão para as 21h30, só compareceu na sala perto das 22h00. A situação é tanto mais lamentável quando os membros do Partido no poder não se dirigiram à oposição para se justificarem ou se desculparem pela espera forçada. O membro acrescentou que apenas permaneceu na sala por respeito aos Alpiarçenses que elegeram a presente Assembleia, que não têm a culpa da falta de respeito dos eleitos da maioria.

Posto o que o membro passou para outro assunto. O membro referiu-se a uma carta que recebeu na sede do Partido Social

Democrata em Alpiarça que o tocou profundamente enquanto ser humano e enquanto representante desta Assembleia eleito pela população. Trata-se de um requerimento enviado pelo munícipe José dos Santos Costa Azevedo, com um abaixo-assinado de cerca de 40 pessoas. Os requerentes queixavam-se do barulho que os bares da zona do Centro Cívico produzem, não deixando dormir as pessoas que habitam nas redondezas, uma delas, como vem referido na carta, já idosa e padecente de diversas enfermidades, que pede para lhe deixarem viver o resto dos dias da sua vida em paz. O membro não se diz contra o horário de funcionamento dos referidos bares, mas do nível de decibéis que estes produzem.

A mesma carta tem anexada documentação diversa, como sejam as cartas enviadas à Presidente da Câmara ou a publicidade distribuída nesses bares. Contém também uma resposta da Inspeção Geral das Actividades Culturais que diz que a Inspeção apenas licencia os recintos de espectáculo cuja actividade principal seja a actividade artística, que não é o caso dos estabelecimentos objecto da reclamação, pelo que remete o assunto para a Câmara Municipal. Na mesma resposta acrescenta-se que, tendo em conta que nos referidos estabelecimentos se realizam espectáculos, compete à Inspeção, nos termos dos artigos 24 e 26, do Decreto-Lei n.º315/95 de 28 de Novembro, proceder ao registo de promotor de espectáculos de natureza artística, bem como emitir a licença de representação que tem por finalidade garantir a tutela dos direitos de autor e dos direitos conexos devidos pela execução pública. O membro pretende saber se os estabelecimentos têm ou não esta licença. Também lhe foi comunicado que no fim-de-semana passado, tendo havido desacatos, decidiu-se fechar o Largo Vasco da Gama, sendo que o mercado passaria para o terreno contíguo à Igreja, informação que carece de confirmação por parte do Executivo. O membro, no entanto, considera a medida insuficiente.

Interveio em seguida o membro João Osório, manifestando por sua vez o seu desagrado em relação ao não cumprimento do horário marcado para o início da Assembleia Municipal. Sugeriu à Presidente da Assembleia, enquanto dirigente do órgão máximo do Concelho, que fizesse um reparo à Câmara Municipal sobre o que considera uma falta de respeito para com os membros da Assembleia.

Posto isto, o membro passou a referir-se ao mesmo assunto levantado pelo membro João de Brito, explicando que também recebeu a mesma carta. Reconhece que a situação tem-se degradado

de dia para dia, embora não seja da opinião de que os jovens devessem ser afastados da sua terra, até porque aquele é um espaço que está a ser desenvolvido, trazendo inclusivamente muita gente de fora para a nossa vila. E por isso mesmo tem que se criar condições em que convirjam todos os intervenientes, quer os proprietários dos bares, quer as autoridades, quer os moradores, quer a Câmara Municipal, e em que, a contento de todos, se possa continuar a desenvolver o espaço sem que isso impeça a plena coabitação. Nessa medida, o membro condena a actuação da Câmara que, segundo diz, enviou um ofício dizendo que não é da sua responsabilidade licenciar recintos de espectáculos, o que não corresponderá à verdade. O membro afirmou que “não se pode sacudir a água do capote”, recomendando coragem e frontalidade para resolver os problemas. E por isso mesmo não considera que a vedação do Largo Vasco da Gama constitua uma solução; o Largo Vasco da Gama precisa sim de obras, obras que estão orçamentadas há cinco anos consecutivos e ainda não se fizeram. Assim, o membro, em nome da CDU, fez uma proposta concreta à Mesa, que consiste na convocação de uma reunião com os moradores da zona, com os proprietários dos bares e com as autoridades policiais, no sentido de se tentar, em consenso, encontrar uma solução para o problema.

O membro referiu-se depois a outro assunto. Segundo lhe disseram alguns moradores, os alinhamentos no seguimento da Rua 25 de Abril no Frade de Cima estarão incorrectos. O membro pretende saber se esta informação corresponde à verdade, ou seja, se a rua não tem o seguimento direito e se há saídas de propriedades, bem como se foi realmente deitada abaixo uma casa sem indemnização dos proprietários, como lhe foi transmitido.

Também junto à Rotunda que fica próxima da escola e do jardim-de-infância, ainda no Frade de Cima, se encontram problemas, desta vez de sinalização. Segundo o membro Osório, os sinais estão danificados já há mais de um ano e o lago transborda água para a estrada.

A membro Inês D’Aguiar usou da palavra para reiterar a pergunta que tinha feito na última sessão sobre um edital que não teria sido afixado em tempo útil.

Também se referiu ao Roteiro Turístico que elogiou ironicamente, dizendo que pelo menos foi feito com bastante inteligência, já que as fotos reportam a outro tempo e não espelham

a realidade actual. Por isso mesmo a membro apelidou o Roteiro de publicidade enganosa.

A membro disse não compreender a inclusão da referência a um estabelecimento comercial privado com fins lucrativos, como é a Livraria/Galeria Tintas e Letras, num Roteiro que, supostamente, deve reflectir o que há no município em termos de infra-estruturas e equipamentos municipais. A membro pretende saber se se trata de publicidade gratuita ou se há alguma contrapartida por parte da Livraria. A membro questiona-se também sobre o critério que definiu a escolha deste estabelecimento e não outro. Porque se este estabelecimento tem interesse para o Concelho, haverá outros que também o terão.

Para terminar, a membro afirmou ter esperança de que nenhuma pessoa se guie por este Roteiro quando vier visitar Alpiarça, porque em contrário terá com toda a certeza uma grande desilusão.

O membro Carlos Cotrim interveio voltando ao assunto já levantado pelo seu colega da bancada social democrática. Acrescentou que em situações de velórios na Igreja a situação deve ser muito complicada com todo aquele barulho, pelo que se deve encontrar uma solução para o problema.

Tomou a palavra o membro Francisco Sá Pereira, dizendo que em relação à questão levantada pelo membro Celestino Brasileiro sobre o Centro Escolar, este deve saber do que se trata, uma vez que o Vereador Mário Peixinho, do mesmo partido que o membro, votou contra essa proposta na sessão anterior da Reunião de Câmara.

Também se referiu à segurança no Concelho, que considera assegurada, uma vez que Alpiarça dispõe de um efectivo muito maior, embora efectivamente as condições não sejam as melhores. Todavia, não compete à Câmara fazer as obras.

O membro também se referiu ao alegado atraso da Bancada do PS e Executivo, que considera não corresponder à verdade.

Depois, em relação ao alegado barulho na zona dos bares, o membro considera o número das assinaturas (39) excessivas tendo em conta o número de pessoas que efectivamente habitam na zona.

Voltou a tomar a palavra o membro João de Brito dizendo que esperava resposta ou da Presidente da Assembleia ou do Executivo, não de um membro da Bancada do PS. Mostrou também o seu

desagrado em relação a uma membro da bancada do Partido Socialista que não teria coragem para pedir a palavra à Presidente da Mesa para dizer o que lhe vai na alma, mas que se manifesta cobardemente quando os outros fazem uso da palavra. O membro gostaria que essas pessoas que apenas falam nas costas, falassem democraticamente como todos os intervenientes estão a fazer, pedindo e usando a palavra, que é para o que foram eleitos.

O membro João Osório voltou a intervir, dizendo que só aceita como resposta para as questões que coloca aquelas que forem dadas ou pela Mesa ou pelo Executivo.

Referiu-se também ao Roteiro Turístico, que na página 19 apresenta o Corso Carnavalesco. O membro lembra o fiasco que foi o referido corso este ano, no que conclui que, ou o Roteiro saiu fora do tempo, ou trata-se mesmo de publicidade enganosa.

Interveio em seguida o membro Paulo Espírito Santo, afirmando que se acabou de aperceber que o desejo de alguns sectores é que Alpiarça transmita para o exterior quanto pior, melhor. Não considera que seja publicidade enganosa o facto de o Executivo ter escolhido as melhores fotografias para ilustrar o Roteiro, de forma a torná-lo mais agradável. Também não consegue compreender porque criticam tanto uma realização como a do Carnaval, que não correu tão bem, mas não são capazes de elogiar o desenvolvimento a nível desportivo a que Alpiarça assistiu nos últimos tempos, nomeadamente o Triatlo, que atraiu centenas, senão milhares de pessoas, ou o campeonato de juniores de Atletismo que decorreu em Alpiarça e onde o membro não encontrou os membros da oposição. Lamenta que as pessoas tenham sentido crítico para criticar o que acham mal feito, mas o mesmo sentido crítico não se regozije quando existem coisas bem feitas, antes pelo contrário.

Em relação ao ruído provocado pelos bares, o membro é da opinião do membro João Osório de que se tem de juntar as partes e chegar a um consenso, e está certo de que a Câmara não vai deixar que se passe por cima da lei nesta ou noutra situação. Isto independentemente de serem quarenta ou uma as pessoas incomodadas.

Por último o membro queixou-se também do burburinho que sempre fazem nas suas costas quando intervém. No entanto, o membro reconhece que essa é a parte má do exercício político nestes

moldes, porque há sempre alguém que faz um aparte, mesmo que alguns apartes até saiam com graça. O que o membro não acha saudável é transformar o assunto em questões pessoais entre os membros.

Terminadas as intervenções das bancadas, tomou a palavra a Presidente da Mesa para congratular o Executivo da Junta de Freguesia pelo sucesso no restauro do espaço onde funcionava o antigo Lavadouro. Considera que em certas questões deve haver unanimidade porque pensa que Alpiarça ganhou um equipamento que vai servir muita gente.

Já no que toca ao atraso da sessão, a Presidente não vai negar que é verdade que ele existiu, embora salvaguardando que não é seu hábito chegar atrasada nem é seu hábito faltar às sessões. Em relação ao membro João de Brito, a Presidente assegura que nunca mais lhe telefonará quando este se esquecer das reuniões da geminação, até porque desse ponto de vista todos têm as suas obrigações.

A Presidente informou ainda a Assembleia sobre a geminação com Champigny-Sur-Marne. Foi solicitada a presença de três jovens Alpiarçenses para um encontro de juventude, e os jovens escolhidos iriam partir para França no dia 25 de Abril, regressando no dia 2 de Maio. O tema dos debates a decorrer durante a Semana da Juventude é a protecção social. Quando os jovens voltarem terão, com certeza, mais novidades para contar.

Posto o que se passou à votação dos dois votos de pesar apresentados no início da sessão.

O voto de pesar pela morte do Sr. António da Conceição Jorge foi **aprovado por unanimidade**.

O voto de pesar pela morte de Ana Veríssimo foi também **aprovado por unanimidade**.

De seguida, a Presidente da Assembleia deu a palavra à Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

A Presidente começou por falar no Centro Escolar, dizendo que o assunto já foi por diversas vezes clarificado, tendo o projecto sido apreciado na Câmara e o mesmo traduz exactamente o que vem

previsto na Carta Educativa, aprovada também em várias instâncias, inclusivamente a Assembleia Municipal. Esse documento previa a construção naquela zona da vila de uma nova oferta dirigida ao primeiro ciclo. Esta candidatura pretende assim corresponder em tempo útil às vantagens de financiamentos que o QREN propicia. A candidatura só é possível, no entanto, com o envolvimento dos parceiros respectivos, sendo que o parceiro aqui é o Ministério da Educação. Foi portanto com o referido Ministério que Autarquia articulou não só a concepção deste projecto como a sua implementação. O Ministério da Educação é o Agrupamento de Escolas, este é que é o parceiro e não outro.

Respondendo às razões da escolha do local, a Presidente disse que entendeu que aquela era a localização mais adequada. A construção de um Centro Escolar naquele espaço pode não só trazer mais-valias para o que lá está, mas também o que lá está pode ser uma mais-valia para o que lá se vai construir. A presidente anunciou ainda que o Executivo vai muito em breve fazer uma apresentação pública do projecto do Centro Escolar, apresentação para a qual os membros da Assembleia serão convidados e onde poderão ver as 8 salas que compõe este Centro Escolar, bem como as outras salas polivalentes.

Respondendo ainda concretamente à questão levantada pelo membro Celestino Brasileiro, a Presidente esclarece que a construção deste espaço não pressupõe o encerramento da E.B.1 ou da J.I. Trata-se, isso sim, de uma nova oferta.

Já em relação ao problema da segurança no Concelho, a Presidente lembrou que a membro Vitória de Brito tinha feito exactamente a mesma pergunta na última sessão e o que na altura tinha respondido que tinha pedido uma audiência ao Ministério da Administração Interna. Essa reunião teve lugar na presença do Secretário de Estado da Administração Interna onde foram apresentadas as preocupações do Executivo em relação a esse assunto. A Presidente endereçou ainda posteriormente uma carta ao Sr. Ministro da Administração Interna a quem colocou não só a questão dos meios deficitários, mas também situações de vandalismo na Praça José Pinhão, vandalismo na Praça Vasco da Gama, a necessidade de reforço da vigilância junto aos bares a partir de determinada hora e outras situações.

O edifício onde funciona o quartel da GNR já existe há muitos anos e já há muitos anos que são deficitárias, mas de facto essa é uma responsabilidade da Administração Interna e portanto resta apelar a esse organismo.

No que toca à questão do ruído, a Presidente acusou também o recebimento no final do ano passado de um documento endereçado pelo senhor que o membro João de Brito mencionou e assinado por diversas pessoas, o que a levou a tratar do assunto no Conselho Municipal de Segurança. Escusa-se, no entanto, de falar do assunto a nível particular, falando antes a nível geral, até porque poderá posteriormente trazer uma carta que esse senhor escreveu endereçada à própria Presidente, insinuando esta que a carta não teria sido redigida nos melhores termos. A Presidente passou em seguida a dar explicações das diligências que então conduziu. O que a Presidente fez foi exactamente o que o membro João Osório propôs, isto é, procurou juntar todas as partes e ouvir todos. Convocou, em primeiro lugar, uma reunião com todas as pessoas que assinaram a petição. Nessa reunião foram eleitas 4 ou 5 pessoas que representavam todos os outros, dado que eram demasiados para se poder continuar a avançar com as diligências. Denominador comum entre as diferentes opiniões é que se trata de um problema complexo, já que, por um lado, os jovens têm direito à sua diversão e, por outro, as pessoas têm direito ao seu descanso. Após reunião com as autoridades, a Presidente voltou a reunir com os munícipes eleitos na reunião anterior, da qual o subscritor da referida carta se ausentou porque, segundo disse à Presidente, o que pretendia ouvir naquele momento era que a Câmara iria encerrar os bares, quando o que tinha para dizer é que era preciso dar a todos o tempo necessário para que se conseguisse chegar a um equilíbrio satisfatório. Em face disso, a Câmara pediu à CIMLT para fazer a medição do ruído, já que esta dispõe dos meios necessários para tal efeito. Procedeu-se portanto à medição do ruído dentro da casa do reclamante, o Sr. Azevedo, e constatou-se que havia de facto ruído a mais. A Câmara reuniu então por duas vezes com os proprietários dos bares e estes comprometeram-se de imediato resolução do problema, tendo o proprietário do bar Outra Vez Ilda, que era o bar do qual se registavam mais queixas, prometido proceder à insonorização num prazo máximo de 3 semanas, e o proprietário do bar Gasómetro prometido alterar qualquer coisa na aparelhagem de forma a fazer menos barulho. Posto isto, a Câmara voltou a reunir com as pessoas que representavam os moradores e transmitiu-lhes o acordado com

os bares. Todos disseram que iriam aguardar para ver o que acontece. Para verificar o ponto de situação, a Presidente voltou a reunir com os moradores na presente semana e estes disseram que o que tinha sido prometido não está a ser cumprido. Nessa medida, o Executivo trará a reunião de Câmara uma proposta a ser levada a efeito em face do incumprimento que continua a ter lugar.

Para além de tudo isto, a Câmara reuniu-se também por diversas vezes com a GNR, onde se pediu reforço da presença da GNR na rua.

Em relação à Praça Vasco da Gama, trata-se de uma situação diferente. O que lá se passa é a utilização do espaço público para ralis. Na segunda-feira a Câmara deslocou-se ao local onde se tiraram fotografias aos sinais evidentes desse tipo de utilização, que foram posteriormente partilhadas com as autoridades. No que toca à vedação da Praça, é uma opção que a Câmara está a estudar. Respondendo ao membro João Osório, o facto de se estar a equacionar a mudança de lugar dos vendedores da Praça Velha com a maior brevidade possível, bem como a vedação do espaço, prende-se com a vontade de se entrar rapidamente em obras. A Presidente disse que este executivo camarário fará aquilo com que se comprometeu, que é dar à Praça Vasco da Gama a dignidade que merece.

Já no que toca à questão do atraso, a Presidente pediu desculpa pelo que a ela lhe respeita, justificando-se com a hora adiantada a que conseguiu sair da Câmara, só tendo tempo de ir comer qualquer coisa rapidamente.

Quanto ao Roteiro, a Presidente começou por dizer que se iria abster de tecer comentários em relação às apreciações e aos juízos de valor, limitando-se a responder àquilo que considera que possa contribuir para um melhor esclarecimento. A Autarquia congratula-se por poder apresentar aos munícipes e às pessoas que querem visitar Alpiarça um documento que traduz o que o Concelho é hoje.

A Livraria Tintas e Letras é um estabelecimento comercial, é um facto, mas é uma livraria, e a Presidente pensa que é motivo de orgulho para todos os Alpiarçenses poder contar um espaço de cultura como aquele. A Presidente lembrou que a Livraria não é o

único estabelecimento comercial privado, já que o Roteiro também faz referência a diversas quintas agrícolas Alpiarcenses.

Seguidamente, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Vereador Ferreirinha que passou a responder às questões relacionadas com os seus pelouros.

Relativamente à Rua Josué Peralta, no Frade de Cima, designada pelos membros da Assembleia por “continuação da Rua 25 de Abril”, o Vereador disse não conseguir compreender o que querem dizer com não haver alinhamentos. Ele próprio esteve na rua na quinta-feira. Segundo pôde reparar, a rua tem já redes de esgotos e de águas implantadas e está-se agora a tratar de uma passagem hidráulica, mas o Vereador não viu lá nenhuma quebra do alinhamento. Reconhece que a rua não é uma linha recta, mas também não tem de ser, até porque o projecto assim o define. Mesmo assim o alinhamento é garantido em todo o arruamento, excepto num pequeno troço junto à escola primária, onde se mantém a faixa de rodagem, mas os passeios terão de ser um pouco encolhidos.

O Vereador também desconhece que exista uma casa demolida cuja compensação não tenha sido paga ao proprietário. A única coisa de que tem conhecimento é de um espaço que foi adquirido pela Autarquia, na Rua Castelo de Almeida, por permuta com um espaço no Frade de Cima, permuta essa devidamente escriturada à data.

Quanto à sinalização na rotunda, o Vereador reconheceu o problema e adiantou que já solicitou aos serviços que repusessem a situação, pese embora o facto de a rotunda e o seu envolvimento ainda irem sofrer alterações na sequência da finalização das obras que estão a decorrer.

No que toca à questão do Edital, o Vereador disse que pensava que os serviços já tinham feito chegar o esclarecimento pretendido, porque no dia seguinte à Assembleia tinha solicitado à Chefe de Secção uma informação sobre a matéria. Não tendo chegado ao destino, o Vereador comprometeu-se em fazer chegar essa informação já no dia seguinte.

A membro Inês D’Aguiar afirmou não compreender porque é que um esclarecimento que é pedido em Assembleia é respondido individualmente à pessoa que solicitou esse esclarecimento.

O Vereador esclareceu que julgava que a informação já tinha chegado à Assembleia, mas tendo em conta que a próxima Assembleia ainda demora, compromete-se em enviar a resposta no dia seguinte.

Período da Ordem do Dia

Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Interveio a membro Inês D'Aguiar que sugeriu que a Presidente da Câmara pusesse o assunto em relação a cada um dos pontos, de maneira que não tivessem de perguntar ponto a ponto do que se trata.

Sem outra intervenção, passou-se ao ponto 2.

Ponto 2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2008.

Interveio a Presidente da Autarquia pedindo à Assembleia que o ponto seja retirado da ordem de trabalho e que possa ser apreciado e votado noutra sessão.

A Presidente lembrou que este documento foi apreciado e votado numa Reunião de Câmara, tendo a prestação de contas sido apresentada na última Reunião de Câmara. O Relatório de Contas é uma contextualização e uma apreciação política dos dados contabilísticos, e portanto ele foi feito com base na Prestação de Contas. Mas acontece que, embora na parte teórica se fale em execução, como não poderia deixar de ser, na preparação dos mapas

dos relatórios foram erradamente considerados os valores finais e não os valores de execução. E por isso mesmo, não obstante o assunto ter sido apreciado e votado favoravelmente nas duas reuniões de câmara em que foram apreciados, a Presidente, em face das responsabilidades que tem e do respeito que lhe merece a Assembleia, decidiu fazer este pedido, acrescentando-lhe um pedido de desculpas.

Tomou a palavra o membro Paulo Espírito Santo afirmando compreender perfeitamente a posição da Presidente. Alegou que se este documento fosse apresentado tal como está, o Partido Socialista ia votar favoravelmente o documento por uma questão de disciplina e de solidariedade política, mas não pode deixar de elogiar esta atitude de honestidade e a transparência com que a Presidente quer que as contas sejam apresentadas. E, em nome da bancada, não pode deixar de se solidarizar com a Presidente e votar favoravelmente a retirada deste ponto da ordem de trabalhos.

Interveio em seguida a membro Inês D'Aguiar dizendo que considera inacreditável que a Presidente da Câmara demore um mês para se aperceber dos erros grosseiros que constam neste Relatório de Gestão, deixando o assunto vir na Ordem de Trabalhos e só dar pelo erro no próprio dia da Assembleia.

O membro João de Brito declarou não concordar com o que a membro Inês D'Aguiar disse porque considera que a Presidente explicou com muita humildade e muita honestidade os motivos deste lapso. E tendo isso em conta, a bancada do PSD votará favoravelmente esta proposta.

A proposta do Executivo foi posta a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade.**

O membro Paulo Espírito Santo fez uma declaração de voto: "É com profundo agrado que vejo, e não estou a ser de modo nenhum irónico, que a transparência e humildade demonstradas pela Senhora Presidente foram recompensadas nesta casa. Todos nós estamos de parabéns."

Ponto 3 – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas de 2008.

Sobre este ponto interveio o membro João Osório que pediu esclarecimento à Câmara sobre 3 situações:

1.^a: Na página 6, nos fundos próprios e passivos na conta 2.6.2, 2.6.3, 2.6.7 e 2.6.8 outros credores, encontramos um montante de dívida de 2.488.468,34€. A CDU gostava de ver esclarecido de que dívidas se trata concretamente para um valor tão elevado, considerando que habitualmente esta rubrica tem um valor residual.

2.^a: No balanço, nas dívidas de terceiros a médio-longo prazo, em 2.6.2, 2.6.3, 2.6.7 e 2.6.8, outros devedores, página 5, a CDU pretende saber como é que não foram constituídas quaisquer previsões para as cobranças duvidosas e se a Câmara pensa receber a totalidade das dívidas que estão em atraso. Pretende saber também o valor do montante que está em incumprimento em relação à facturação de água.

3.^a: No activo, página 4, conta 4.4.2, imobilizações em curso, com o valor de 6.977.835,00€. A CDU pretende saber de que obra ou obras se tratam.

Interveio em seguida o membro Paulo Espírito Santo que estranhou que se esteja a pôr em causa a verba na rubrica 'outro credor', já que deveriam ter dito também que a verba do ano anterior só tem uma diferença de 200.000,00€. Todas as contas de balanço, e esta é uma conta de balanço, são agrupadoras (*sic*), e por isso são apresentadas sem discriminação.

Em relação às 'imobilizações em curso', trata-se do activo bruto. Por exemplo, em 2007 temos 6.484.272,54€. Aí já é o activo líquido. Entre os dois existe uma diferença substancial. Portanto, as 'imobilizações em curso' são as que estão a transitar de um ano para o outro, ou seja, são obras que ainda não se fecharam, são obras que estão a transitar de um ano para o outro, como o próprio nome diz.

Neste momento interveio a membro Vitória de Brito, que ironizou dizendo que está confusa, porque tinha a ideia que a

Presidente da Câmara ainda era a Dr.^a Vanda. E por esse motivo não compreende porque é que tem a Bancada do PS a dar explicações à Bancada da CDU, explicações essas que apenas à Presidente compete dar.

O membro Paulo Espírito Santo justificou-se lembrando que o membro João Osório tinha sugerido que se houvesse alguém que percebesse de economia que explicasse, e o membro, tendo em conta que percebe alguma coisa de contabilidade, tomou a liberdade de dar as explicações.

A Presidente da Assembleia deu a palavra à Presidente da Câmara para responder às perguntas a ela dirigidas.

A Presidente lembrou o que disse no início, que era que os números apresentados são objectivados e, nessa medida, escusa-se de fazer comentários.

Relativamente à pergunta que lhe foi feita, sobre o valor na página 6 do documento, este é o mesmo de 2007, trata-se de um valor residual, como foi muito bem referido. A Presidente acrescentou ainda que “os números são como são, auto-explicam-se, autojustificam-se.” Já as apreciações e os enquadramentos políticos que se possam fazer destes números serão feitos posteriormente, conforme a Presidente já tinha explicado.

A questão das ‘imobilizações em curso’ e do ‘activo bruto’ deve-se a investimentos que o município tem para fazer, projectos candidatáveis ao CREN.

A Presidente acrescentou ainda, em relação ao Relatório de Gestão, que o assunto foi abordado em duas reuniões de Câmara e os vereadores do Partido Comunista não acusaram os “erros grosseiros”, tal como a membro Inês D’Aguiar lhes tinha chamado. Quando esses erros foram detectados eles foram trazidos a esta Assembleia com toda a transparência e todo o rigor. A Presidente é da opinião de que o que os Alpiarcenses merecem é que se procure analisar o que é para analisar com a mesma transparência e o mesmo rigor, e não procurar fazer constantemente chicana de coisas que não são para esse fim.

O membro João Osório voltou a intervir, pedindo esclarecimentos em relação ao balanço na conta 2.6.2, 2.6.3, 2.6.7 e

2.6.8. Trata-se de dívidas a pessoal, sindicatos, consultorias e outros. O membro explicou que contabilisticamente é uma conta residual, só vem para aqui com as que se transferem de ano para ano. O que a CDU pretende saber é que dívidas são estas. O membro perguntou se a Câmara deve a funcionários, a sindicatos ou a consultores, por exemplo, reputando esse tipo de dívidas, no caso de se confirmarem, como um princípio muito mau. Para o membro seria mais honesto, e já que a Presidente está a ter uma atitude irreprimível nesse aspecto, dizer que não tem presentes os dados analíticos desses valores. Até porque se os dados viessem discriminados o membro já não estaria a fazer as perguntas que fez. Tal como a rubrica 'outros devedores', o membro quer saber quem são esses devedores. O membro afirmou também achar pertinente a questão que diz respeito à conta-corrente.

Após votação, o documento foi **aprovado por maioria**, com 8 votos a favor, 6 contra e 2 abstenções.

O membro João Osório pediu a palavra para dizer que mesmo sem esclarecimentos, pode-se constatar que a Câmara Municipal tem mais de 5 milhões de euros de dívidas a fornecedores e tem cerca de 6 milhões de dívidas aos bancos. O membro evocou o que o foi dito anteriormente, que os números espelham a realidade e esta é, na verdade, uma realidade muito triste para o Concelho de Alpiarça.

Ponto 4 - Apreciação e votação do Regulamento da AR – Águas do Ribatejo, E.I.M. (versão final).

Não havendo intervenções, a Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 8 votos a favor, 6 votos contra e 2 abstenções.

Ponto 5 - Eleição do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento – PDM.

Tomou a palavra pela Bancada do PS o membro Paulo Espírito Santo que indicou a Presidente da Mesa, Vera Noronha, como representante da Assembleia na Comissão de Acompanhamento.

De seguida, interveio a membro Inês D'Aguiar que estranhou a prontidão com que o PS indicou o seu candidato para esta Comissão, já que a Comissão de Acompanhamento não avançou de há um ano para cá por falta de indicação de um elemento da Bancada do PS. Acrescentou que considera que nem faz sentido esta indicação, porque se até agora não tinham indicado isso deve-se ao facto de não estarem interessados. Por seu lado, a CDU, mantendo a coerência, apresenta o nome que já tinha apresentado, o membro João Osório.

Dada a situação política actual e o número de eleitos que o PSD tem, a bancada deste partido decidiu não apresentar nenhum candidato.

Antes de passar a palavra ao membro Paulo Espírito Santo, a Presidente da Assembleia pediu para os membros não confundirem as coisas, uma vez que há um ano atrás estava-se a falar de uma Comissão da Assembleia Municipal, enquanto esta Comissão é solicitada pela CCDR.

O membro Paulo Espírito Santo prescindiu da palavra porque a Presidente da Mesa acabou de dizer tudo o que este iria dizer.

O membro João Osório interveio dizendo que a CDU sabe que não se trata exactamente da mesma coisa. Uma decorria de uma decisão da Assembleia Municipal e a outra decorre de um Decreto-Lei. No entanto, o membro lembra que a proposta da CDU aprovada em Assembleia com os votos a favor da CDU e a abstenção da Presidente da Assembleia e sua secretária, só não seguiu em frente porque o PS teve uma atitude de boicote a essa decisão da Assembleia Municipal. O membro lamentou a falta de respeito que representa a espera de 1 ano e 6 meses para que uma decisão da Assembleia viesse de novo à Assembleia para ser afinal desdita. O membro diz não encontrar adjectivo para qualificar a atitude do PS que prontamente apresentou um nome nas novas circunstâncias.

Pediu a palavra em seguida o membro João de Brito que disse esperar que, havendo nomes de pessoas em votação, que a mesma não se processasse através do método de braço no ar.

Ainda antes de terminada a votação o membro João Osório apresentou uma dúvida sua e da sua bancada. O membro quer saber se o Presidente da Junta, que não é membro efectivo da Assembleia Municipal, pode votar nesta questão.

A Presidente da Mesa disse que não tinha dúvidas em relação à legitimidade da votação do Presidente da Junta de Freguesia, mas que se o membro tinha dúvidas teria de as apresentar por escrito. Exceptuando a votação para CIMLT, onde dizia especificamente que o Presidente da Junta não votava, a regra é que o Presidente da Junta tem sempre direito de voto.

Posto o que se procedeu à votação através de voto secreto, tendo-se verificado um **empate** com oito votos para cada um dos nomes indicados.

Procedeu-se a uma segunda votação onde se verificou um novo **empate**, pelo que a resolução deste ponto da Ordem de Trabalhos terá de ficar para uma próxima sessão.

Antes de passar para o período do público, a Presidente informou os membros da Assembleia que, relativamente à questão da última sessão da Cultura Avieira, no dia 2 de Março fez um ofício pedindo mais esclarecimentos ao Instituto Politécnico de Santarém, mas ainda não obteve resposta.

Informou também que recebeu da Associação de Municípios um documento sobre a criação de um fundo para o investimento local. Logo que a Presidente tenha o documento devidamente analisado trá-lo-á à Assembleia.

Em relação à Comissão de Utentes do Centro de Saúde, a Presidente informou que foi feita uma nova pergunta na Assembleia da República sobre o Centro de Saúde de Alpiarça, tendo chegado mais uma resposta. Informou ainda que fez chegar o abaixo-assinado da Comissão de Utentes não só ao Presidente da ARSLVT, mas também à Directora Executiva do ACES da Lezíria.

Posto o que passou para o *período de intervenção do público*, não se tendo registado, contudo, nenhuma inscrição.

O membro João Osório levantou ainda uma dúvida que pretendia ver esclarecida em relação às contas aprovadas. Tendo em conta a retirada do relatório de gestão, a CDU tem dúvidas sobre se as contas podem ser aprovadas desassociadas, exigindo que, em caso afirmativo, seja especificado o artigo da lei que assim o determina.

A Presidente disse que faria chegar essa questão ao Gabinete Jurídico e, caso não seja possível a votação em separado, esta votação terá de ser anulada e o ponto virá novamente à Assembleia.

O membro Paulo Espírito Santo interveio dizendo que não vê nenhuma razão objectiva para levantar este problema. Lembra que na própria Reunião de Câmara o assunto foi votado em separado em duas sessões diferentes.

A Presidente da Câmara comunicou à Presidente da Assembleia que no dia seguinte a esta sessão faria chegar a todos os membros a disposição legislativa que suporta esta votação e a sua autonomia.

Passou-se à leitura da minuta da acta que foi **aprovada por unanimidade**.

Nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente da mesa encerrada a Sessão da qual se redigiu esta Acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____